

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGI



Montenegro Cidade das Artes

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LEGISLATIVO

Trata-se de projeto de lei que visa instituído o Programa Recomeçar II, programa municipal temporário de transferência de renda, no âmbito do município de Montenegro, destinado à concessão de auxílio financeiro para a população atingida pela situação de emergência, que apresentem condições de pobreza e vulnerabilidade.

O projeto vem acompanhado de mensagem justificativa na qual informa que:

O Executivo Municipal, vem, por meio desta, justificar a necessidade do presente programa que tem como objetivo propor medidas de enfrentamento aos efeitos da enchente que ensejou a expedição do decreto de emergência n.º 9.461, de 19 de novembro de 2023, consubstanciadas no programa de concessão de auxílio emergencial.

Durante o decorrer da terceira semana de novembro o Estado do Rio Grande do Sul sofreu com elevados índices de precipitação pluviométrica que atingiu toda a bacia do Rio Caí, acarretando o transbordamento do Rio em Montenegro.

Imediatamente, foi aberto um ponto de abrigamento, o qual desde o início do evento acolheu 213 pessoas.

Conforme informações da Defesa Civil, foram atingidos os Bairros Olaria, Industrial, Ferroviário, Centro, Passo do Manduca, Municipal, Porto Garibaldi, Porto Pereira e Aeroclube. Ao menos, oito mil pessoas foram atingidas, conforme dados do DGEO e SIDRA/IBGE.

Ressaltamos, o presente benefício visa amenizar os danos de uma das maiores catástrofes naturais da história do município.

Dito isto, através do presente PL, buscamos instituir um auxílio financeiro emergencial para o amparo das famílias que substancialmente atingidas pela enchente, que atendem os critérios de renda, repassando em parcela única o montante de R\$ 1.500,00.

Relatei.

Não foi juntado aos autos a declaração do ordenador de despesas, dando conta de que os valores que serão utilizados no presente Programa estão disponíveis para tal uso e não comprometerão o orçamento municipal.



esclarecimento.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGI



Montenegro Cidade das Artes

Outrossim, não ficou determinado, especificamente, de onde serão oriundos os valores que servirão para a execução do Programa objeto do presente Projeto de Lei, o que entendo ser indispensável.

Assim, oficie-se com urgência ao executivo municipal, para que realize tal

Após voltem.

Montenegro/RS, 30 de novembro de 2023.

Adriano Bergamo

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961